

SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS: CLASSES FLUTUANTES SOB  
PERSPECTIVA SEMÂNTICO-DISCURSIVA

NOUNS AND ADJECTIVES: FLOATING CLASSES UNDER  
SEMANTIC-DISCURSIVE PERSPECTIVE

Rosane Santos Mauro Monnerat  
Universidade Federal Fluminense  
rosanemmonnerat@gmail.com

RESUMO:

Partindo do estudo da “classe dos nominais”, este trabalho pretende mostrar de que forma a seleção lexical – com foco nas operações de *nomear* e de *qualificar*, que remetem, respectivamente, para entidades (substantivos) e atributos (adjetivos) pode contribuir para espelhar imaginários sociais, já que tomada no interdiscurso da sociedade, essas escolhas lexicais podem ser reveladoras de subjetividade e da dimensão axiológica veiculadas nos textos em análise. Para essa investigação, será necessário revisitar conceitos gramaticais e discursivos (BECHARA, 1999; NEVES, 2000, KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, entre outros), noções de imaginários sociais (JODELET, 2001) e de efeitos patêmicos (CHARAUDEAU, 2010).

PALAVRAS-CHAVE:

Nomear, Qualificar, Imaginários sociais

ABSTRACT:

Starting from the study of the “nominal class”, this paper intends to show how the lexical choice – focusing on naming and qualifying processes, which refer, respectively, to entities (nouns) and attributes (adjectives) can contribute to mirroring social imaginary, since taken in the interdiscourse of society, these lexical choices can be revealing of subjectivity and axiological dimension conveyed in the texts under analysis. For this research, it will be necessary to revisit grammatical and discursive concepts (BECHARA, 1999; NEVES, 2000, KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, among others), notions of social imaginary (JODELET, 2001) and of pathetic effects (CHARAUDEAU, 2010).

KEYWORDS:

Name, Qualify, Social Imaginary

## Palavras iniciais

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca do comportamento linguístico-semântico-discursivo de substantivos e adjetivos – comumente tratados como “Nomes”.

Não é nossa intenção fazer uma análise gramatical detalhada dessas classes de palavras, já fartamente estudadas nas gramáticas de Língua Portuguesa, mas interessa-nos, isso sim, o seu emprego sob uma perspectiva enunciativa, mais precisamente, semântico-discursivo-pragmática.

Partindo, então, dos pressupostos gramaticais já levantados pela Tradição, propomo-nos investigar o comportamento discursivo dos nomes: substantivos e adjetivos, com ênfase ao adjetivo, tomando para exemplos, expressões extraídas do *corpus* de nossa atual pesquisa, intitulada “Dos ‘Contos da Carochinha’ aos ‘Contos de Fadas’: procedimentos linguístico-semântico-discursivos da construção narrativa, na linha do tempo, sob a perspectiva da patemização”. Nessa pesquisa, analisamos a seleção lexical em relação ao binômio substantivo/adjetivo, em narrativas infantis a partir de duas obras, separadas, respectivamente, por 100 anos de publicação - 1904 e 2004, o que nos leva, também, à indagação de possíveis mudanças no comportamento linguístico-discursivo dessas formas no recorte temporal proposto.

Importa, então, averiguar como a seleção lexical pode-se efetivar, moldada por mundos diferentes, separados por mais de um século. Que nos dirão essas escolhas, que nos revelarão sobre seus enunciadores?

É o que pretendemos descobrir, não só articulando gramática e discurso, como também considerando as representações sociais peculiares às faixas temporais, e os diferentes efeitos de sentido advindos da *patemização*.

Compartilhamos a mesma cultura, o mesmo conhecimento de mundo. Sempre que falamos ou escrevemos, operamos uma seleção nos sistemas lexical e gramatical da língua, buscando construir sentidos adequados às situações comunicativas de que participamos.

Para que se realize essa construção de sentidos, ou melhor, a *semiotização do mundo*, são necessários dois processos: o *processo de transformação*, que, sob a ação de um agente, efetiva a passagem do *mundo a significar* ao *mundo significado*, e o *processo de transação*, que faz desse *mundo significado* um objeto de intercâmbio entre os interlocutores (CHARAUDEAU, 1995 e 2005).

Das quatro operações constitutivas do *processo de transformação* - a *identificação*, a *qualificação*, a *ação* e a *causação* – interessam-nos, neste trabalho, sobretudo, as duas primeiras.

Na *identificação*, para que os seres do mundo sejam transformados em “identidades nominais”, é preciso nomeá-los, tarefa que cabe aos substantivos, no estudo da gramática. Já na *qualificação*, transformam-se os seres do mundo em “identidades descritivas”, em função das propriedades e características que os especificam, papel que cabe aos adjetivos, nos estudos gramaticais<sup>1</sup>.

Articulando as operações de identificação e qualificação, respectivamente, aos conceitos de substantivo e adjetivo, passemos ao enfoque dessas duas classes de palavras.

## **1. Substantivos e Adjetivos**

Substantivos e adjetivos constituem a classe dos NOMES.

As definições normalmente encontradas nos compêndios gramaticais sobre esses nomes são semelhantes, com apenas poucas variações, mas são definições incompletas, pois privilegiam quase sempre o critério semântico. Vejamos:

Substantivo é o nome de todos os seres (*critério semântico*) que existem ou que imaginamos existir.

Adjetivo é toda e qualquer palavra que, junto de um substantivo (critério funcional), indica uma qualidade, estado, defeito ou condição (critério semântico). (PINILLA, 2007, p. 172) (grifos da autora)

Há entre os autores de gramáticas e livros didáticos um consenso de que não é adequado considerarem-se as palavras apenas por um ou dois critérios, mas sim, avaliá-las em seus diferentes aspectos - morfológico, funcional (ou sintático) e semântico. A nossa proposta é a de incluirmos o aspecto discursivo-pragmático, já que as palavras valem em seu contexto de produção.

Se substantivos e adjetivos são rotulados como NOMES, quais seriam os limites entre essas duas classes?

---

<sup>1</sup> Na ação, os seres do mundo são transformados em “identidades narrativas”, agem, ou são levados a agir, inscrevendo-se em esquemas de ação e, na causação, os seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos que os inscrevem em uma cadeia de causalidade. A sucessão de fatos no mundo é explicada em “relações de causalidade”.

### 1.1 Limites entre as classes?

Vale observar que muitos autores não traçam limites precisos entre essas classes. Almeida (1999, p. 137) refere-se à questão, apresentando os conceitos de “adjetivo substantivado” e de “substantivo adjetivado”:

Do fato de vir o adjetivo qualificando o substantivo, resulta muitas vezes que, tirando-se o substantivo, continua sendo este facilmente subentendido, sem prejuízo para o sentido; assim é que se diz “o **cego**” – “um **avarento**” – “aquele **perverso**” etc. Tais adjetivos assumem então o caráter do substantivo, e é dessa confirmação o fato de poderem vir acompanhados de um artigo. Sempre que tal acontece, tais adjetivos se dizem adjetivos substantivados. **Adjetivo substantivado é, pois, o adjetivo que exerce função de substantivo.** Vice-versa, o substantivo pode passar para a classe dos adjetivos. Tal sucede sempre que o substantivo se relaciona com outro substantivo, passando, pois, a ser modificador, e, por conseguinte, a funcionar como adjetivo: menino **prodígio**, filho **homem**, laranja **lima**, comício **monstro**, homem **máquina**. **Prodígio, homem, lima, monstro e máquina são substantivos, mas, por virem modificando substantivos, tornam-se adjetivos. Diz-se, nesses casos, que o substantivo está adjetivado. Substantivo adjetivado é, portanto, o substantivo que exerce função de adjetivo.** (p. 137)

Já Perini (2000, p.45), em função da permeabilidade funcional entre substantivos e adjetivos, propõe que essas duas classes sejam reunidas em uma só, sob a denominação de *classes dos nominais*. Para o autor, substantivos e adjetivos

são uma grande classe, dentro da qual se distinguem muitos tipos de comportamento gramatical. [...] As diferenças de comportamento dentro dessa grande classe (que podemos chamar a classe dos **nominais**) provêm principalmente de diferenças de significado. [...] Acontece que, até hoje, ninguém teve a ideia de usar **xícara** para exprimir uma qualidade; e é por isso, somente, que **xícara** continua sendo apenas nome de uma coisa. Também não ocorreu a ninguém utilizar **pater-nal** para designar uma coisa (um novo tipo de escola?) e é por isso que **paternal** ainda é tão nitidamente qualificativo. A distinção entre a classe dos “adjetivos” e a dos “substantivos” simplesmente não existe. (pp. 45 e 46)

Outros autores estabelecem critérios para distinguir as duas classes; no entanto, esses critérios não levam à solução do problema, ainda que tragam,

algumas vezes, descobertas interessantes. Um desses critérios, apresentado por Ilari; Basso (2006, p.110) define o adjetivo como *a classe em que se encontram as palavras que formam um comparativo e um superlativo*. Assim, por exemplo, em “um vestido muito **caro**”, “uma pessoa muito **chique**” e, também, “uma pessoa muito **entrada em anos**”, “caro” e “chique” seriam adjetivos e “entrada em anos”, uma locução adjetiva.

Porém, outras construções não seriam tão previsíveis assim: “Ela estava usando uma roupa muito **cheguei**”; “Ele sempre foi um sujeito muito **família**” ou, ainda, “Ele tem um estilo muito **deixa pra lá**”. E agora? Por coerência, deveríamos considerar como adjetivos “cheguei”, “família” e “deixa pra lá” (!?). Ocorre, contudo, que essas expressões normalmente não são adjetivos. Em condições normais, “cheguei” é verbo; “família” é substantivo e “deixa pra lá” é uma sentença. Em suma, o teste do superlativo contraria nossas intuições, pois somos levados a analisar como adjetivos vocábulos que tipicamente não o são.

Para Sautchuk (2010), as diferenças entre as classes de substantivos e adjetivos se resolvem, respectivamente, segundo dois critérios em que se evidenciam relações nos eixos paradigmático e sintagmático da língua: “só é SUBSTANTIVO, em português, *a palavra que se deixar anteceder pelos determinantes*” (p.20) e, por uma lei morfossintática do português, “é ADJETIVO *toda palavra variável em gênero e/ou em número que se deixa anteceder por tão* (ou por qualquer outro intensificador, como *bem* ou *muito*, dependendo do contexto.” (p. 23).

A propósito da anteposição de determinante para caracterizar o substantivo, Macedo (1976, p. 63) institui, na classificação das palavras, a categoria de “Marco de classe” para representar, especificamente, o artigo e, a exemplo de Perini, que, como vimos, não separa essas duas classes, considera substantivos e adjetivos como uma “classe flutuante”.

E sob a perspectiva semântica, seria possível analisar essa “classe flutuante”? Acreditamos que sim, mas com a concorrência de critérios morfossintáticos e discursivo-pragmáticos.

## ***1.2 Para além do critério morfossintático***

Ao designar os seres do mundo, o falante faz uma seleção que, semanticamente, pode ser representada por realidades concretas ou abstratas, individuais ou coletivas, humanas ou não humanas etc. De maneira geral, os referentes concretos podem ser designados pelos substantivos comuns (informam atribu-

tos do objeto) ou pelos substantivos próprios (particularizam um determinado referente). Segundo Neves (2000), p. 73)

pode-se encontrar na classe dos **substantivos comuns** uma série de subclassificações, que, entretanto, só se resolvem na função de referenciação do nome e, portanto, na própria instância da construção do enunciado, não sendo diretamente estabelecidas no **léxico** da língua. É o caso dos subconjuntos: **substantivo concreto** e **substantivo não-concreto (abstrato)**; **substantivo contável** e **substantivo não-contável (de massa)**.

Do ponto de vista semântico, os substantivos comuns apresentam subconjuntos, como, por exemplo, no caso dos concretos: **genérico**, como “animal”; **específico**, como “zebu”; **inanimado**, como “pedra”; **humano**, como, “menino”; **locativo**, como “praça”; **temporal**, como “mês” etc. e, no caso dos abstratos, ideia **de estado**, como “doença”; **de propriedade**, como “temperatura”; **de qualidade**, como “beleza”; **de ação**, como “intervenção”; **de processo**, como “diminuição” etc. (NEVES, 2000, p. 74)

Por outro lado, muitos substantivos podem ser variavelmente abstratos, ou concretos, conforme o sentido em que se empregam. Rocha Lima (1994, p. 67) exemplifica:

Deste modo, *redação*, por exemplo, é nome abstrato, quando significa “o ato de redigir”, numa frase como esta: *A redação das leis requer clareza e precisão*. Com o sentido, porém, de “trabalho escolar escrito”, já passa a nome concreto: *Na redação deste aluno, assinalei, a lápis vermelho, vários erros graves*.

Na *operação de nomeação*, o substantivo pode-se apresentar como elemento lexical neutro, imparcial, restrito à sua função nomeadora (articulado, portanto, estritamente ao papel que lhe confere a gramática tradicional), mas pode, também, ultrapassar essa simples função de nomeação e gerar, em combinação com outros nomes, significações além do que está escrito, ou seja, implícitas, significações estas responsáveis pela construção do sentido global do texto – aquele que relaciona *sentido de língua* a *sentido de discurso*, no processo de *compreensão / interpretação* (CHARAUDEAU, 1995), pois os nomes não só nomeiam, mas sugerem ideias relacionadas às atitudes, aparências e comportamentos dos respectivos nomeados, trazendo cargas de significação passíveis de interpretação diversa.

Dessa forma, a *seleção lexical* e, mais precisamente, a escolha de nomes substantivos e adjetivos é assunto que desperta nosso interesse, pois tanto do ponto de vista da escrita (do produtor de textos) quanto da leitura (do receptor de textos) é fundamental saber selecionar/perceber o item lexical que mais se ajusta ao que se pretende comunicar. E isso porque, muitas vezes, o emprego de um vocábulo pode revelar uma atitude do falante em relação ao fato que enuncia. Trata-se do que se costuma conceituar como vocabulário positivo (neutro) ou negativo (AUTOR, 1999). Vejamos, a propósito, as diferenças semântico-discursivas decorrentes do emprego de pares de vocábulos como: “funcionários/folhetos”, de um lado e “operários/panfletos”, de outro, em: *Os funcionários distribuíam folhetos na porta da fábrica. / Os operários distribuíam panfletos na porta da fábrica.* Mesmo não intencionalmente, já nos posicionamos enunciativamente, de certa forma negativa, no segundo par, em relação ao primeiro, uma vez que “operários” e “panfletos” apontam para representações sociais (JODELET, 2001) compartilhadas, em nossa sociedade, como de ideologias da esquerda.

Dessa forma, vale destacar a importância da situação comunicativa na percepção do que uma mesma expressão possa significar. As ambiguidades polissêmicas, a esse respeito, são geralmente resolvidas em função do contexto situacional em que são apresentadas.

Em relação aos adjetivos, a seleção lexical parece ser ainda mais reveladora, já que, ao escolher este ou aquele adjetivo, o sujeito comunicante deixa, no texto, marcas de sua subjetividade e intencionalidade, o que vem ratificar a afirmação de Charaudeau (1992, p. 663) de que “qualificar é tomar partido”:

De fato, toda qualificação testemunha o olhar que o sujeito falante deposita sobre os outros seres e o mundo, testemunhando então sua subjetividade. Assim, ele pode chegar a dizer: “A terra é azul como uma laranja.” Nota-se que essa descrição pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de *posse do mundo*: é ele que o singulariza, que o especifica, dando-lhe uma substância e uma forma particulares, em função de sua própria visão das coisas que passam não só por sua racionalidade, mas também por seus sentidos e seus sentimentos. (CHARAUDEAU: 1992, p.663)

Assim, qualificar um ser ou objeto é apresentar um julgamento sobre ele. A qualificação pode estar no terreno objetivo – quando temos as informações (dados do conhecimento do autor do texto) e as caracterizações (dados que

estão no objeto) - ou no terreno subjetivo – quando temos as qualificações (impressões subjetivas sobre o ser e o objeto).

As qualificações não se realizam apenas por meio de adjetivos qualificativos, podem-se efetuar por outras codificações linguísticas, tais como: advérbio qualificativo, locução adjetiva, oração adjetiva, entoação da frase, substantivo, analogia - forma de qualificação muito comum, que pode-se realizar como *comparação*, ou como *metáfora* (CARNEIRO: 1994, p. 20).

Cabe mencionar uma particularidade a respeito dessas outras formas de qualificação. Trata-se, muitas vezes, da qualificação por meio de substantivo, o que, à primeira vista, poderia parecer estranho, já que, como se sabe, regularmente, aos substantivos cabe representar as entidades e, aos adjetivos, os atributos ou qualificações. A definição de substantivo apresentada por Bechara (1999, p. 112) elucida a questão:

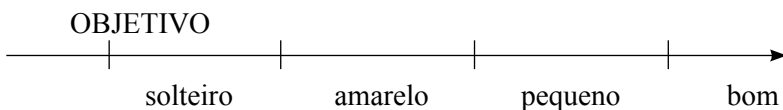
**Substantivo** – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quase sejam qualidades (*bondade, brancura*), estados (*saúde, doença*), processos (*chegada, entrega, aceitação*).

Ou seja, alarga-se o escopo semântico da classe dos substantivos, o que se amolda perfeitamente ao enfoque discursivo dessa questão.

### 1.3 Uma tentativa de categorização das qualificações e dos atributos

Na análise das qualificações e dos atributos, recorreremos aos estudos de Kerbrat-Orecchioni (1980) sobre a subjetividade na linguagem, atendo-nos aos adjetivos, para verificar suas possibilidades discursivas.

A autora parte do eixo de oposição “objetivo/subjetivo”, que considera não dicotômico, mas gradual, já que, na língua, as unidades léxicas recebem diferentes cargas de subjetividade, o que torna os enunciados mais ou menos objetivos/subjetivos, como se pode observar no gráfico proposto:



(KERBRAT-ORECCHIONI: op.cit., p. 72)



As palavras apresentadas nesse gráfico representam o progressivo grau de envolvimento do falante. Afinal, classificar alguém como “solteiro” depende simplesmente de observação - o estado civil é um fato. A noção de “amarelo” é um pouco menos fixa, visto que um mesmo objeto pode ser considerado “amarelo” por uma pessoa e “laranja”, por outra. A noção de “pequeno” é bem pessoal, como se pode observar em situações como a seguinte: um livro de trinta páginas é certamente pequeno para quem gosta de ler, mas enorme para quem não tem hábito de leitura; por fim, a ideia de “bom” é ainda mais pessoal, pois se baseia quase exclusivamente na subjetividade: por exemplo, um homem público que faz doações constantes a orfanatos pode ser considerado “bom” por algumas pessoas e “exibicionista” por outras; é uma questão de opinião, não só de simples observação.

Para a linguista, toda unidade léxica é, de certo modo, subjetiva, visto que as “palavras” da língua não passam de símbolos substitutivos e interpretativos das “coisas”. Dessa forma, a subjetividade é impressa nas palavras por meio de traços de afetividade, de modalização e de axiologia (juízo de valor).

Kerbrat utiliza o termo *subjetivema* (*subjèctivème*) (*op. cit.*, p.70) para se referir às “unidades significantes cujo significado comporta o traço subjetivo e cuja definição semântica exige a menção de seu utilizador”<sup>2</sup>. Os *subjetivemas* podem ser *afetivos* e *avaliativos*.

Assim, ao tratar dos adjetivos, que podem ser *objetivos* ou *subjetivos*, a autora classifica os *subjetivos* em *afetivos* e *avaliativos*, sendo que esses últimos ainda podem ser *axiológicos* e *não axiológicos*.

Os adjetivos *objetivos* descrevem o mundo (não necessariamente o mundo real); revelam propriedades intrínsecas ao objeto denotado, ao passo que os *subjetivos* refletem prioritariamente um julgamento de valor do enunciador.

Os adjetivos *afetivos* enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto que determinam e uma reação emocional do sujeito falante diante desse objeto. O valor afetivo pode ser inerente ao adjetivo ou, pelo contrário, derivar de um significante prosódico, tipográfico, ou sintático. Diferentemente dos adjetivos *axiológicos*, a expressão afetiva não faz parte do conteúdo intrínseco do adjetivo.

Embora não coincidam as classes de adjetivos *afetivos* e *axiológicos*, elas se associam, já que alguns termos (como “admirável”, “irritante”, “excitante” etc.) podem ser admitidos simultaneamente nas duas classes. Outros adjetivos,

---

<sup>2</sup> *Subèctivèmes: unités signifiantes dont le signifié comporte le trait [subjectif], et dont la définition sémantique exige la mention de leur utilisateur.*

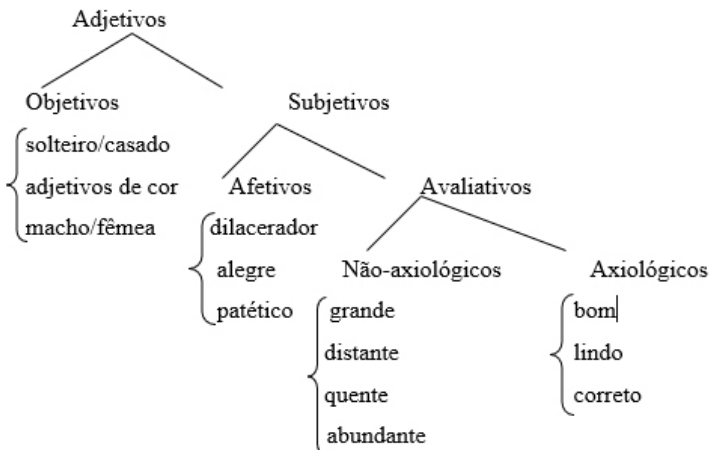
fundamentalmente *afetivos* ou *axiológicos*, podem assumir, no contexto, uma conotação ou axiológica, ou afetiva.

Os adjetivos *avaliativos não axiológicos* têm um caráter gradual e podem ser empregados em estruturas exclamativas. Essa classe compreende todos os adjetivos que não enunciam um juízo de valor e um compromisso afetivo do locutor. Esses adjetivos implicam uma evolução qualitativa e quantitativa do objeto denotado pelo substantivo que determinam e cujo uso se baseia, por isso, em um parâmetro duplo: (a) interno, do objeto a que se atribui a qualidade e (b) específico, do falante, em razão de quem pode ser considerado subjetivo.

Os adjetivos *avaliativos axiológicos* (valorativos) também têm seu emprego determinado por um duplo parâmetro: (a) em relação à classe do objeto a que se atribui a propriedade (por exemplo, as modalidades de “belo” variam de acordo com a natureza do objeto a que se atribui essa propriedade, lembrando que só podem ser comparados axiologicamente dois objetos pertencentes à mesma categoria); (b) em relação ao sujeito da enunciação e a seus sistemas de avaliação (estética, ética etc.).

Se os percebemos, em geral, como nitidamente mais subjetivos que os não axiológicos, é porque os parâmetros de “pequenez” de um livro, ou da temperatura atmosférica, por exemplo, são bem mais consensuais que os de “belo”, em que o caráter valorativo se destaca de imediato.

O gráfico seguinte ilustra a classificação:



(KERBRAT-ORECCHIONI: *op.cit.*, p. 84)

Assim, em relação a essa classificação, se considerarmos uma escala que parta da concretude para graus de subjetividade, teríamos:

Adjetivos OBJETIVOS > NÃO AXIOLÓGICOS > AXIOLÓGICOS > AFETIVOS.

Os axiológicos (elogiosos ou injuriosos), portanto, são *implicitamente* enunciativos e desempenham o papel de detonadores ilocutórios que podem gerar efeitos de sentido imprevisíveis. Dessa forma, seu uso exige precauções. É por isso que a língua culta prefere atenuá-los com recursos como lítotes (modo de afirmação por meio da negação do contrário, como em “Ele não é nada bobo.”, em vez de “Ele é muito esperto.”) ou eufemismo (somente no caso dos pejorativos, visto que se trata de amenizá-los). Assim, o enunciador pode-se posicionar a respeito de um determinado assunto sem se confessar abertamente como a fonte do juízo de valor.

A análise com base nesses critérios interessa, sobretudo, a pesquisas que levam em conta interações em diferentes situações de comunicação, uma vez que o emprego das categorias propostas por Orecchioni contribui para projetar uma imagem da pessoa que fala. Por exemplo, se um locutor emprega sempre termos afetivos, poder-se-ia supor estar-se diante de uma pessoa sensível, romântica; ao contrário, outro que se valha sempre de termos rudes, chulos construiria para si a imagem de alguém grosseiro etc..

É possível estabelecer um paralelo entre essas noções e alguns pontos levantados por Charaudeau (1992, p.323-327), no capítulo em que trata da “Qualificação”, em sua *Grammaire du sens et de l’expression*.

Segundo o autor, para que um ser exista, é necessário conferir-lhe uma identidade por meio de propriedades, as quais constituem o resultado da maneira pela qual o homem percebe e constrói o mundo. Tais propriedades, portanto, testemunham o “modo de visão” (o “olhar”) que o sujeito projeta sobre as qualidades dos seres.

Considera-se que há três modos de visão: a *visão objetiva*, a *visão subjetiva* e a *visão objetiva relativa*<sup>3</sup>.

A *visão objetiva* corresponde seja a uma percepção física dos objetos do mundo, pelo viés de sua forma (redondo, chato), de sua cor (azul, verde), de sua posição no espaço (horizontal, vertical), seja pelo viés de um conhecimento

---

<sup>3</sup> Como poderemos observar pelos exemplos já vistos, é nesse ponto que é possível estabelecer, respectivamente, a relação com os adjetivos subjetivos axiológicos e subjetivos não axiológicos.

antropológico dos seres do universo do ponto de vista, por exemplo, de seu sexo (masculino, feminino), de sua idade (jovem, velho) etc., de um conhecimento institucional de traços de identidade social (casado, solteiro).

A *visão subjetiva* corresponde a um julgamento que o sujeito enunciador faz sobre o que ele percebe e que exprime por meio de uma apreciação positiva ou negativa. Essa apreciação pode-se exercer em diferentes domínios:

- *intelectivo*: apreciação que concerne à atividade intelectual (lógico, contraditório, rigoroso);
- *afetivo*: apreciação que concerne aos sentimentos e estados da alma (subversivo, sensacional, triste/alegre), às sensações, ao gosto (agradável/desagradável, bom/mau), ou aos comportamentos psicológicos (nervoso, agitado, calmo);
- *estético*: apreciação que concerne à arte e a tudo o que na natureza é avaliado em relação aos cânones da beleza (bonito/feio, antigo/moderno);
- *ético*: apreciação que concerne à moral, aos códigos de conduta, às obrigações (bem/mal, correto/incorreto, polido/rude);
- *pragmático*: apreciação que concerne ao aspecto utilitário e prático das ações humanas (útil/inútil, prático, cômodo, eficaz, necessário).

A visão dita *subjetiva* pode reportar-se ao sujeito enunciador ou a uma coletividade submetida a certo número de critérios de julgamento.

Finalmente, a *visão objetiva relativa* corresponde também a uma percepção física dos objetos do mundo, mas, nesse caso, incluindo uma *avaliação*. Essa avaliação irá depender de um sistema graduado, cujo critério repousa sobre normas relativas ao sujeito falante ou a seu grupo social. É o caso da qualificação que incide sobre as distâncias (perto/longe), as dimensões (grande/pequeno, largo/estrito), os pesos (pesado/leve), os movimentos (rápido/lento), acrescentando-se, ainda, a possibilidade de essa visão poder ser sempre contestada.

Maingueneau (1996), apoiando-se em Orecchioni (*op. cit.*), destaca, como ponto vital da questão da subjetividade ou objetividade dos adjetivos, a presença ou a ausência do traço de *classificatividade*.

Empregar um adjetivo de maneira *classificativa* é enquadrar um referente em classes delimitáveis, portadoras de informação. Ao contrário, empregar um adjetivo de forma *não classificativa* é, na verdade, valorizar, ou desvalorizar um objeto, ou seja, avaliá-lo (MAINGUENEAU, 1996, p.139). Assim, de acordo com essa terminologia, *classificatividade* associa-se à objetividade, e a ausência desta, à subjetividade.

Carneiro (1992) também trata da questão dos adjetivos objetivos e subjetivos. Segundo o autor, adjetivos de conteúdo subjetivo tendem a exigir explicitação, levando, portanto, o texto a progredir, ou melhor, adjetivos subjetivos tendem a gerar progressão textual por explicitação; os adjetivos de sentido objetivo, por outro lado, tendem a uma “auto-suficiência informativa”, não geradora de progressão textual, entendendo por progressão, simplesmente, o ato de estender o texto, ao contrário de Charolles; Peytard (1978), que vinculam a ideia de progressão textual à ideia de novo, ou seja, à progressão semântica.

#### 1.4 O adjetivo no plano da enunciação

O adjetivo pode também contribuir para intensificar as características atribuídas aos substantivos. Quirk (1985, p. 405-474) estuda em profundidade o recurso da intensificação linguística, processo semântico manifesto por meio de adjetivos e de advérbios. Estabelece subdivisões para o inglês, tanto em relação aos adjetivos quanto aos advérbios, as quais podem ser perfeitamente aplicadas ao português.

Ao tratar do adjetivo, mostra que alguns podem exercer efeito de realçar, ou não, o substantivo que modificam. A partir daí, distingue três subclasses semânticas de adjetivos intensificadores: os *enfritadores* (são geralmente atributivos e têm efeito de sobrelevar a qualidade: “*bom* banho”); os *amplificadores* (denotam um ponto elevado em uma escala, sendo geralmente predicativos - quando inerentes: “Uma vitória *completa*” e atributivos - quando não inerentes: “um *perfeito* idiota”) e os *moderadores* (efeito escala abaixo).

A distinção entre *inerentes/não inerentes*<sup>4</sup> faz parte de uma outra classificação, também de base semântica, paralela à anterior. Destaca-se, ainda, a

---

<sup>4</sup> Convém estabelecer a diferença entre o que o autor chama de adjetivo inerente (*inherent*) e adjetivo não inerente (*noninherent*). Os primeiros, diferentemente dos segundos, caracterizam o nome diretamente. Observe-se a diferença: “Meu amigo é *velho*/Ele é um *velho* amigo”. A modificação do nome em consequência do adjetivo não inerente pode ser interpretada como uma extensão do sentido básico do nome.

diferença entre adjetivos *estáticos* (a maioria) /*dinâmicos* (denotam qualidades sujeitas ao controle do possuidor, daí poderem aumentar ou diminuir) e *graduáveis* (gradação manifestada pela comparação e pelos intensificadores) /*não graduáveis*.

Vale lembrar, ainda, que os adjetivos, além de acrescentarem propriedade ou qualidade ao substantivo, como preconiza a gramática, podem manter, aumentar, ou diminuir a força argumentativa do nome a que se reportam, exprimindo tomada de posição do locutor em relação ao dito e ao não-dito polifônico, no plano da enunciação.

Em sua *Gramática de usos do português*, Neves (2000, p. 184 e seguintes) analisa, em detalhes, o papel do adjetivo no enunciado e, nesses estudos, encontram-se muitas noções - como as de gradação, intensificação, delimitação / circunscrição - paralelas às trabalhadas por Quirk (1985), às quais já nos reportamos.

A autora classifica os adjetivos em dois grupos:

(a) os **qualificadores** ou **qualificativos**: referem ao substantivo determinando uma propriedade deste que não é essencial à sua definição, o que pode implicar uma característica, de certa forma, vaga e subjetiva. Como fazem uma atribuição ao substantivo que acompanham e, portanto, predicam, são adjetivos prototipicamente *predicativos*. Incluem-se nesse caso os adjetivos com prefixos negativos e aqueles com sufixos derivados de verbos, como *-do*, *-to/-ta*, *-nte*;

(b) os **classificadores**: adjetivos que incluem o substantivo que acompanham em uma subclasse para a qual trazem uma indicação objetiva, não tendo, portanto, caráter vago e sendo, por isso, *denominativos* (e não *predicativos*).

Em função do caráter vago que se pode atribuir à qualificação, os adjetivos qualificadores têm algumas características: (a) são **graduáveis** (podem vir antecedidos de advérbios marcadores de grau, como “mais” e “muito” e são adjetivos que dão ideia de abundância da qualidade, como os terminados em *-oso*, *-udo* e *-ucha*); (b) são **intensificáveis** (podem vir acompanhados não só de advérbios que lhes imprimem intensidade, como também de prefixos intensificadores).

Em princípio, também são qualificadores os adjetivos que admitem sufixo superlativo, ou diminutivo, com valor de intensificação. Já com adjetivos

classificadores, o sufixo diminutivo não tem o mesmo efeito intensificador, podendo, inclusive, atenuar a qualificação.

Os **adjetivos qualificadores** podem expressar diversos valores semânticos:

(a) **de modalização epistêmica**: os adjetivos exprimem conhecimento ou opinião do sujeito: *de certeza*, ou *de asseveração* (óbvio, evidente, certo) e *de eventualidade* (possível, impossível, provável);

(b) **de modalização deôntica**: os adjetivos exprimem consideração de necessidade por obrigatoriedade (necessário, obrigatório, imprescindível);

(c) **de avaliação psicológica**: os adjetivos exprimem propriedades definidoras do substantivo na sua relação com o sujeito (sou *sincera*)

(d) **de avaliação de propriedades intensionais**: os adjetivos exprimem propriedades que descrevem o substantivo: em qualidade: as propriedades podem ser expressas por adjetivos *eufóricos* (de indicação para o positivo, para o bom), *disfóricos* (de indicação para o negativo, para o mau) ou *neutros* e em quantidade: os adjetivos são, em princípio, neutros, indicando dimensão ou medida com substantivos concretos (*pequeno* rebanho, cabelo *comprido*) e intensificação, com substantivos abstratos (*profundo* horror, *alto* nível, movimento *intenso*). Note-se que a intensificação pode não ser elevada (altura *razoável*). Frequentemente a intensificação implica uma avaliação pessoal, daí poderem ser usados para a intensificação adjetivos de avaliação psicológica (sucesso *tremendo*). Acompanhando substantivos abstratos, os adjetivos também podem indicar atenuação (*relativa* estabilidade);

(e) **de autentificação**: o substantivo é qualificado como legítimo em seu uso. Os adjetivos são, nesse sentido, *epilingüísticos*<sup>5</sup>, no sentido de que predicam o próprio termo (substantivo) empregado (Esse é um exemplo *autêntico*).

Os **adjetivos classificadores**, por sua vez, têm um caráter não vago; daí, os adjetivos com prefixos de valor numérico serem sempre classificadores.

---

<sup>5</sup> Segundo Travaglia (1997), *as atividades epilingüísticas* são aquelas que suspendem o desenvolvimento do tópico discursivo (ou do tema ou do assunto), para, no curso da interação comunicativa, tratar dos próprios recursos linguísticos que estão sendo utilizados, ou de aspectos da interação.

Também são classificadores os adjetivos derivados de nomes próprios (*machadiano*), que tipificam os substantivos que acompanham, conforme um conjunto de características ligadas às atividades do indivíduo de cujo nome derivam. Os sintagmas nominais do tipo “de + nome” (locações adjetivas) também são adjetivos classificadores. Muitos desses adjetivos expressam noções adverbiais:

(a) **delimitação ou circunscrição**: restringe o domínio de extensão do que é referido pelo nome, do ponto de vista de um domínio de conhecimento (científico, literário, ideológico etc.), ou do ponto de vista individual (pessoal, particular, individual, privada etc.);

(b) **localização no espaço**: os adjetivos localizam tanto objetos, quanto ações, estados e processos. Alguns adjetivos de localização podem ocorrer graduados (mais *interna*) e há outros que indicam ordem ou posição numérica, o que os aproxima semanticamente dos numerais ordinais (último vexame).

Importa comentar, ainda, que, em dependência do substantivo com o qual se constroem, os adjetivos classificadores podem passar a qualificadores, em uso metafórico, com possibilidade de anteposição (*subterrâneo* temor); da mesma forma, certos adjetivos que, a princípio, são qualificadores, junto a determinados substantivos, podem passar a classificadores, especialmente em sintagmas cristalizados (*água salgada*, *água doce*, *batata-doce*).

### 1.5 *Adjetivo + Substantivo ou Substantivo + Adjetivo?*

Resta tecer um comentário a respeito da posição do adjetivo em relação ao substantivo.

Já dizia Ribeiro (1911, p. 245) que

Os adjectivos descriptivos antepõem-se ou pospõem-se aos substantivos, conforme o gênio da língua, o estylo da composição e o gosto do escriptor: não se pôde estabelecer regras positivas a este respeito. (...) <sup>6</sup>

Antenor Nascentes (1960, p. 151), por sua vez, pontua que *o adjetivo posposto distingue pela razão um objeto de outro; o anteposto atribui uma qualidade sob o império do sentimento, tem um emprego afetivo*.

<sup>6</sup> Manteve-se o texto original.



Percebe-se, portanto, que *quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a embrandecer-se, adquirindo matiz sentimental* (LAPA, 1977, p. 140).

A posição do adjetivo depois do substantivo é a mais frequente na linguagem comum, a menos marcada, ao passo que a posição antes do substantivo é a mais marcada e frequente nas obras literárias. Essa anteposição assinala a interveniência de uma avaliação subjetiva do sujeito na qualificação efetuada.

Mattoso Câmara Júnior (1996) explica que

a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. A anteposição decorre do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carrear. Ou, em outros termos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma conotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. (MATTOSO CÂMARA: 1996, p.87, nota de rodapé)

Assim, nas subclasses que se reúnem sob o rótulo de “adjetivos de avaliação”, seja qualitativa, seja quantitativa verifica-se mais facilmente o efeito de maior envolvimento do sujeito na qualificação, daí o efeito de conotação obtido com a anteposição do adjetivo.

Para distinguir a anteposição da posposição, do ponto de vista semântico, gramáticos e linguistas têm proposto diferentes oposições, tais como:

<b>Anteposição</b>	<b>Posposição</b>
sentido figurado	sentido próprio
sentido afetivo	sentido intelectual
subjetividade	objetividade
designação global	qualidade distintiva
expressivo	explicativo

(CHARAUDEAU: 1992, p. 351)

Segundo Charaudeau, (*op. cit.*), a anteposição do adjetivo tende a fazer com que ele e o substantivo formem um todo e, portanto, uma só unidade de sentido. Tal fato implica uma modificação mais ou menos importante do sentido do adjetivo. Por vezes, a sua substância semântica se torna mais abstrata, tomando um valor de intensidade (ex. *um gordo comedor = muito*); por vezes, produz-se uma derivação semântica (ex. *um bravo homem = bom*). É essa conceptualização unitária que permite aos gramáticos dizerem que o sentido é *figurado* e a designação é *global*.

Dessa forma, constata-se que a anteposição corresponde a um movimento de espírito que percebe o mundo de maneira mais qualitativa, ou seja, os seres são percebidos por meio de suas qualidades e é essa razão que leva alguns gramáticos a dizerem que a anteposição dá ao adjetivo um sentido *afetivo*, *expressivo* e *subjetivo*. Por outro lado, a posposição do adjetivo tende a fazer com que o nome e o adjetivo formem duas entidades de sentido distinto, o que explica que o adjetivo guarde seu sentido qualitativo de origem (*um comedor gordo* – contrário de *magro*); (*um homem bravo* = *corajoso*) e tenha um sentido próprio.

A posposição, portanto, corresponde a um movimento do espírito que percebe o mundo de maneira analítica, em dois tempos: de um lado, os seres; de outro, as qualidades que se referem a esses seres e é isso que permite aos gramáticos dizerem que a posposição dá ao adjetivo um sentido *intelectual*, *explicativo* e *objetivo* (CHARAUDEAU, 1992, p. 351).

### ***1.6 Os nomes e a produção de sentido***

No estudo da produção de sentido dos nomes, importa comentar os efeitos de sentido decorrentes da passagem de nomes próprios a comuns, de nomes comuns a adjetivos, bem como de adjetivos a nomes, a que já nos referimos. Trata-se de “deslizamentos de sentido” (*glissement sémantique*) responsáveis por uma recategorização desses nomes.

Especificamente, quanto aos nomes próprios, vejamos, por exemplo, o que ocorre com personagens históricos, artísticos e literários. O valor individualizante de seu nome próprio sofre um desgaste, passando, então, o nome próprio a comum. Mas o processo não termina aí. Esse nome, agora comum, fica imantado das características positivas, ou negativas inerentes ao portador do nome próprio, razão pela qual, o emprego do nome carrega também a qualificação. Assim, em “Fulano é um judas”, a imagem que se constrói desse indivíduo é a de traidor, de amigo falso.

Os nomes podem, ainda, ter funções anafóricas. Isso ocorre quando um item lexical engloba uma determinada extensão de texto, que pode precedê-lo ou segui-lo, seja preservando a continuidade do enunciado, seja introduzindo mudanças de tópico, ou alterações dentro de um mesmo tópico, seja expressando o envolvimento do autor com os fatos que apresenta. Trata-se, nesse caso, da *nominalização*, mecanismo linguístico associado à *referência* - um dos fatores de coesão textual - que opera, linearmente, na superfície textual.

Em relação aos estudos desses elementos fóricos, na passagem da Linguística do Texto para a Análise do Discurso, não se produz uma ampliação da noção de anáfora, como acontece na passagem do estudo frasal para o textual, mas uma modificação de paradigmas teóricos. Na perspectiva da Análise do Discurso, Indursky (1997) propõe uma concepção de anáfora que difere daquela proposta nos estudos frasais e textuais. A autora percebe que as anáforas, apesar de retomarem um item lexical presente no texto, não possuem necessariamente uma referência integral em relação a esse item. É necessária a apreensão da *condição de produção* do discurso, a fim de que se obtenha o *efeito de sentido* que a anáfora discursiva está produzindo. Para estudar o *efeito de sentido* entre os elementos fóricos, a autora concebe a anáfora como uma retomada não só de itens lexicais internos ao texto ou relacionados ao contexto imediato da situação comunicativa, mas também de elementos do interdiscurso. Indursky (1997, p. 719) afirma que tanto os interlocutores quanto o referente não são um reflexo da situação empírica, mas uma representação discursiva marcada pela ideologia.

Assim, as construções anafóricas, dentro da perspectiva discursiva, não só retomam, como também podem construir o referente. Isso se deve ao fato de elas estarem relacionadas aos *já-ditos* que fazem parte do interdiscurso específico do discurso em que estão inseridas. A anáfora discursiva apresenta, então, um comportamento misto, estabelecendo relações tanto endofóricas quanto exofóricas, pois retoma *um dito na superfície textual e um já-dito [...] na exterioridade do texto* (*idem*, p.720). Dessa forma, a anáfora discursiva estabelece ligação entre elementos presentes na materialidade linguageira e elementos ausentes, recuperáveis apenas no interdiscurso – posição análoga a que defendemos: estudos de categorias linguísticas perpassadas pela análise discursiva.

A compreensão(/interpretação) desses elementos pode estar sujeita à maneira como o interlocutor percebe tal seleção lexical e/ou é emocionalmente afetado pela mesma. Estamos nos referindo, agora, aos efeitos patêmicos advindos do emprego de certos substantivos e adjetivos.

### **1.7 Emoção e Patemização**

Quando se evoca o termo “emoção”, é frequente sua associação a sensações e a sentimentos que se provocam e se manifestam em situações específicas. Charaudeau (2010) prefere os termos “patêmico” e “patemização” à palavra “emoção”, o que, a princípio, já demarca uma abordagem diferenciada do fe-

nômeno. Em outras palavras, o efeito patêmico produzido no e pelo discurso é diferente das emoções reais que um sujeito sente em sua vida, afinal, a emoção instaurada pelo processo discursivo não é, necessariamente, aquela sentida e vivida pelos sujeitos sociais no mundo extralinguístico. Assim sendo, fica claro que *a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa* (CHARAUDEAU, 2010, p. 37).

O linguista (2010, p. 48-54) propõe a organização de categorias patêmicas sob quatro classes centrais, denominadas patemias ou tópicas (ou, ainda, imaginários sociodiscursivos). Essas categorias, polarizadas em afeto negativo e positivo, dividem-se na tópica da “dor” e “alegria”, na tópica da “angústia” e “esperança”, na tópica da “antipatia” e “simpatia”, e na tópica da “repulsa” e da “atração”, e foram definidas segundo os seguintes critérios: o estatuto que o sujeito atribui ao actante-objeto (pessoa ou situação) que deflagra certos afetos; a relação que se estabelece entre o sujeito e o actante-objeto, e o comportamento enunciativo assumido pelo sujeito.

Nesse sentido, para que o discurso seja patemizante, é indispensável que ele se inscreva em um dispositivo comunicativo determinado, esteja relacionado a certas temáticas e explore a *mise en scène* discursiva própria da emoção. O quadro seguinte (adaptado de CHARAUDEAU: 2010, p. 49-54) ilustra a questão:

TÓPICAS PATÊMICAS E SUAS FIGURAS				
TÓPICA 1	+	<b>ALEGRIA</b>	Satisfação do desejo	Satisfação, Contentamento, Vaidade, Orgulho
	-	<b>DOR</b>	Insatisfação do desejo	Tristeza, Vergonha, Constrangimento, Humilhação, Orgulho ferido.
TÓPICA 2	+	<b>ESPERANÇA</b>	Espera por um benefício.	Confiança, Desejo, Apelo, Votos, Oração.
	-	<b>ANGÚSTIA</b>	Espera por algo negativo.	Melancolia, Medo, Terror.
TÓPICA 3	+	<b>SIMPATIA</b>	Sensibilidade para aliviar o sofrimento de alguém.	Benevolência, Compaixão, Piedade, Solidariedade.
	-	<b>ANTIPATIA</b>	Indignação frente a uma vítima perseguida.	Indignação, Acusação, Denúncia, Cólera, Ódio.

TÓPICA 4	+	<b>ATRAÇÃO</b>	Aprovação e adesão a algo visto como benéfico.	Admiração, Fervor, Maravilhamento, Encantamento.
	-	<b>REPULSA</b>	Desaprovação e rejeição de algo negativo.	Desprezo, Desgosto, Aversão, Fobia.

Em relação às marcas linguísticas que provocam efeitos patêmicos, o Charaudeau observa que tanto o emprego de certas *palavras pertencentes a um universo emocional* (por exemplo: indignação, felicidade; reconfortante, reprovável) quanto o emprego de *palavras não relacionadas a esse universo* (por exemplo: manifestação, bombardeio; roxo, grande) podem produzir um efeito patêmico. Dito de outra forma, há palavras mais “transparentes” em relação ao conteúdo emocional, como “cólera”, “angústia”, “horror”, mas seu emprego por si só não garante que elas produzirão efeito patêmico no interlocutor; da mesma forma, há palavras que não descrevem emoções, mas que podem desencadeá-las, como “assassinato”, “vítimas”, “acidente”; e há, ainda, enunciados que não comportam palavras patemizantes, mas que podem manifestar efeitos patêmicos a depender da enunciação, como “Basta!”, ou “Hoje é sábado!”.

Em face dessas três situações-problema apontadas por Charaudeau a respeito da materialidade verbal das emoções, o que se ressalta é que os signos são apenas suscetíveis de desencadear seus efeitos, o que depende de aspectos socioculturais dos contextos em que se inscrevem, bem como das inferências e conhecimentos mobilizados pelos parceiros no ato de comunicação. Isso significa que o efeito visado pode partir de um *discurso explícito e direto* ou de um *discurso implícito e indireto*, além de depender das inferências que os parceiros do ato comunicativo podem fazer e do conhecimento que eles podem ter da situação de enunciação.

Feitas essas observações, passemos à análise de alguns exemplos.

## 2. À guisa de exemplificação nas narrativas de contos infantis

Selecionamos uns poucos exemplos que bem ilustram o comportamento dos NOMES, de acordo com a proposta sugerida neste trabalho. As amostras correspondem ao mesmo conto infantil – “João e Maria” – mas em duas edições diferentes – uma de 1904 e a outra, de 2004.

Como já frisamos anteriormente, a situação de comunicação tem especial relevância na seleção lexical, já que participa da construção de sentido do texto. Por se tratar de um conto tradicional da literatura infantil, por deveras conhecido, pensamos não ser necessário destacar as características situacionais do texto.

Passemos, então, aos exemplos:

a) *Pobre lenhador* (1904, p.39; 2004, p.52); *pobre gente* (1904, p.39) *pobres crianças* (2004, p.53)

A anteposição do adjetivo “pobre” aos três substantivos em tela decorre do enfraquecimento de sua função descritiva em proveito da reação afetiva que a qualificação apresentada pode trazer; tal posição implica, pois, subjetividade, o que nos leva a considerar o adjetivo como “subjetivo avaliativo axiológico”, no dizer de Kerbrat-Orecchioni (1980), ou de “visão subjetiva”, segundo Charaudeau (1992) e “qualificador”, de acordo com Neves (2000).

A anteposição corresponde, portanto, a uma maneira mais qualitativa de perceber o mundo, ou seja, os seres são vistos pelo ponto de vista do enunciatador, o que confere aos adjetivos antepostos um sentido afetivo, expressivo ou subjetivo, segundo Charaudeau (1992).

b) *Mãe* (1904, p.40); *madrasta* (2004, p.53)

A palavra “madrasta” é bastante expressiva. Trata-se, de acordo com Mattoso Câmara (1977), de uma palavra “carregada” (*loaded word*) e, no caso, veiculadora de uma tópica patêmica negativa. É curioso observar que tal vocábulo foi empregado na edição moderna (“Contos de Fadas”, 2004) da história de João e Maria, ao passo que, na antiga, dos “Contos da Carochinha” (1904), na mesma história, tal referência foi feita, empregando-se a palavra “mãe”. Parece, então, que a maldade de abandonar os filhos na floresta não poderia partir de uma mãe, de verdade, mas só de uma madrasta, cujo estereótipo de “mulher perversa” povoa o imaginário das sociedades através dos tempos (cf. as histórias de Cinderela e Branca de Neve). A edição moderna, portanto, modaliza a maldade original da história, atribuindo-a não à mãe, mas à madrasta. Charaudeau (2010) também se refere à materialidade verbal das emoções, destacando palavras mais ou menos “transparentes” em relação ao conteúdo emocional. “Madrasta” seria um exemplo de conteúdo transparente, para a tópica do mal.

c) *Pedrinhas brancas, galhos secos de árvores* (1904, p.40); *seixos brancos, pilhas de gravetos, lindo pássaro branco* (2004, p. 53,54,57)

Nesses exemplos, adjetivos e locuções adjetivas estão pospostos. Vale destacar que a posposição do adjetivo contribui para que interpretemos o substantivo e o adjetivo desses sintagmas nominais como duas entidades de sentido distinto, o que explica que o adjetivo guarde o seu sentido denotativo, objetivo.

Nas expressões destacadas, observa-se, portanto, o emprego de adjetivos e de locuções adjetivas objetivas (emprego de cores) e classificadoras (NEVES, 2000), que tendem à auto-suficiência informativa (CARNEIRO, 1992).

No último sintagma- *lindo pássaro branco* - não podemos deixar de mencionar o adjetivo “lindo”, anteposto ao substantivo “pássaro” e, por conseguinte, de valor subjetivo avaliativo axiológico, qualificador.

d) *Os pequenos, choupana dos velhos; os dois desgraçadinhos* (1904, p.41, 42,44)

Nesses sintagmas nominais, vale comentar o uso de “adjetivos substantivados”, antecédidos que estão do “marco de classe”, o artigo definido “o”. Conforme já comentamos, Almeida (1999) esclarece que, pelo fato de o adjetivo sempre qualificar o substantivo, retirando-se este último, seu sentido continua a ser facilmente subentendido. É o que ocorre em, “os pequenos”, “dos velhos” (na locução adjetiva) e “os dois desgraçadinhos”.

e) *profundo pesar e inquietação* (1904, p.39); *feroz alegria da feiticeira* (1904, p. 46); *bela refeição de leite e panquecas, maçãs e castanhas* (2004, p.52)

Os adjetivos “profundo”, “feroz” e “bela”, em posição anteposta (“marca-da”) contribuem para intensificar as características atribuídas, respectivamente, aos substantivos que acompanham. Trata-se de adjetivos “ênfaticadores”, segundo Quirk (1985). Parece que a sua substância semântica se torna mais abstrata, tomando, por isso, um valor de intensidade. São, no dizer de Kerbrat-Orcchioni (1980), adjetivos subjetivos avaliativos axiológicos e, no dizer de Neves (2000), qualificadores que expressam valor semântico de “avaliação de propriedades intencionais de qualificação disfórica (negativa)”, descrevendo o substantivo, em quantidade, indicando intensificação, já que os substantivos a que se reportam (“*pesar e inquietação*”, “*alegria*”, “*refeição*”) são abstratos.

Vale também comentar a sequência de substantivos comuns empregados na caracterização da “bela refeição” (lembrando que “refeição” é substantivo abstrato, do subconjunto semântico de ação) – “leite, panquecas, maçãs e castanhas” – em que se observam nomes pertencentes aos subconjuntos semânticos de substantivos contáveis: “panquecas, maçãs e castanhas” e incontáveis: “açúcar e leite” (NEVES, 2000).

f) *Noite fechada* (1904, p.43) e *lugar espesso* (1904, p.42)

Já neste caso, os adjetivos pospostos “fechada” e “espesso” são “amplificadores predicativos “- já que inerentes, no dizer de Quirk (1985).

A posposição dos adjetivos revela o movimento de espírito que percebe o mundo em dois tempos – de um lado, os seres; de outro, as qualidades que se referem aos seres. A despeito da posição posposta, pode-se dizer que são adjetivos subjetivos avaliativos axiológicos (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), pois são empregados em sentido metafórico: “noite fechada”, como noite muito escura, já avançada em horas e “lugar espesso”, como lugar de difícil acesso.

g) *Velha hedionda, muito baixinha, com uma boca enorme, nariz de papagaio toda preta e de olhos verdes* (1904, p.45); *mulher velha como Matusalém apoiada numa muleta* (2004, p.58)

Adjetivos e substantivos prestam-se bem à proposta do Modo Descritivo de Organização do Discurso, pois contribuem para retratar, em detalhes, a visão estática do mundo, caracterizando-o e qualificando-o, por meio de adjetivos, ou outros meios linguísticos, conforme aponta Carneiro (1994).

No exemplo em tela, o cenário é “pintado” com a descrição da bruxa, apenas, por frases nominais, linguisticamente codificadas por adjetivos, locuções adjetivas - em posição posposta, ou posição “menos marcada”. Na versão moderna (2004), utiliza-se a comparação (símile), como recurso de qualificação/caracterização da bruxa.

Vale comentar, ainda, a carga de afetividade - efeito patemização, em que se articulam as “tópicas” da *antipatia*, na figura da indignação, e da *repulsa*, nas figuras da aversão e do desprezo (CHARAUDEAU, 2010) – no sintagma “velha hedionda”, que apresenta o adjetivo substantivado “velha”, qualificado pelo adjetivo subjetivo afetivo “hedionda” (KERBRAT, 1980), ainda que posposto.



h) *Exaustos de forças, fatigados a mais não poder* deitaram-se na relva... (1904, p.44)

No excerto (h), observam-se os adjetivos, em sequência, “exaustos” e “fatigados” (palavras “mais transparentes” em relação ao conteúdo emocional que veiculam, segundo Charaudeau, 2010), em função predicativa (sintaticamente funcionam como predicativos do sujeito). A seleção lexical, por conseguinte, é precisa ao revelar, por meio das expressões – “de forças”, “a mais não poder”, respectivamente, o estado em que as crianças se encontravam.

## **Palavras finais**

Neste trabalho, partindo da discussão sobre a “classe dos nomes” – substantivos e adjetivos, procuramos analisar, sem obviamente pretender esgotar o assunto, algumas particularidades dessas classes de palavras, considerando não só os aspectos gramaticais, mas, sobretudo, os semântico-pragmático-discursivos, comprometidos com a articulação linguagem/sentimento. Tomamos como base, para a exemplificação, narrativas de contos infantis, neste caso, o conto João e Maria, dos irmãos Grimm.

A peculiaridade da pesquisa se deveu ao fato de a mesma história ser focalizada em dois recortes temporais distintos, com intervalo de cem anos entre uma e outra publicação – 1904 e 2004 – sendo nossa proposta averiguar se a esses diferentes recortes temporais corresponderiam escolhas lexicais também diferentes.

Chegamos à conclusão de que há leves diferenças entre uma e outra edição, no que tange à escolha dos nomes. Parece-nos que, na edição antiga, as palavras são mais transparentes em relação à emoção que veiculam, mais “carregadas” de subjetividade e é mais prolixo o texto. Já na edição contemporânea, o texto parece ser mais leve, as palavras não denotam um mundo tão assustador.

Se considerarmos que o léxico é o componente linguístico responsável pela representação e pela expressão do mundo, observar as escolhas lexicais empreendidas pelo enunciador para designar e qualificar o universo criado pode ser uma maneira de percebermos a proposta comunicativa desse enunciador, já que a imagem com a qual se pretende que o destinatário se identifique está diretamente relacionada a elementos construídos pelo imaginário social (ideolo-

gias, representações sociais e estereótipos), sendo esses elementos explicitados pela seleção vocabular.

É, sobretudo, por meio do léxico que as línguas evidenciam as transformações socioculturais, abrindo-se à criação e aos empréstimos de termos que atendam a uma sociedade em movimento. O léxico atesta, portanto, a intervenção do homem no contexto psicossocial e vice-versa.

Minha história terminou. Entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra.

## Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44ª. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. Atualização discursiva dos nomes próprios. In: SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
- \_\_\_\_\_. O adjetivo e a progressão textual. In: *Letras & Letras*. Uberlândia, 8 (1) 31-36, junho de 1992 ( publicado em dezembro de 1993 )
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E. e MACHADO, I. L. (orgs.) *As emoções no discurso* (vol. II). Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso – reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- \_\_\_\_\_. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages, les analyses du discours en France*, nº 117. Paris, Larousse, mars 1995. \_\_\_\_\_ . *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHAROLLES, Michel; PEYTARD, Jean. *Langue française - Enseignement du récit et cohérence du textes*. Paris: LAROUSSE, mai, 1978.
- Contos de fadas: edição comentada e ilustrada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

- FIGUEIREDO PIMENTEL. *Contos da Carochinha* – livro para crianças contendo escolhida coleção de sessenta e um contos populares, Moraes e proveitosos, de vários paízes, traduzidos e recolhidos diretamente da tradição oral. Rio de Janeiro: Livraria Editora Quaresma, 18ª edição, 1920 [1ª ed., 1904].
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*. São Paulo: Contexto, 2006.
- INDURSKY, F *Da anáfora textual à anáfora do discurso*. Anais do 1 Encontro do CelSul, vol. 2, Florianópolis, 1997
- JODELET, Denise. *Representações sociais*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin, 1980.
- LAPA, Rodrigues M. *Estilística da língua portuguesa*. 9ªed. revista e acrescentada, Coimbra: Coimbra Editora limitada, 1977.
- MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. 25ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- MONNERAT, Rosane S. Mauro. Adequação vocabular – por que “negro” e não “preto”? In. MONNERAT, R.S.M; JÚDICE, Norimar; BITTENCOURT, Terezinha. *Português em debate* – Encontros UFF – comunidadeNiterói: EdUFF, 1999.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PERINI, M. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2000.
- PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de palavras. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- POTTIER, Bernard. *Linguística geral – teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.
- QUIRK, Randolph *et alii*. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portuguesa*. 10<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C. , 1911.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32<sup>a</sup> ed., retocada e enriquecida, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Manole, 2010.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 1997.

Enviado em 21 de março de 2018.

Aceito em 7 de maio de 2018.